

ACORDO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE FLUVIAL NOS RIOS AMAZÔNICOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados "as Partes"),

Considerando:

Os vínculos de amizade existentes entre ambos os países;

A experiência brasileira e peruana no âmbito do transporte fluvial;

A disposição das Partes de compartilhar e transferir experiências e conhecimentos;

A intenção de ambos os países de desenvolver novas formas de cooperação internacional no âmbito do transporte fluvial;

Respeitando os respectivos ordenamentos internos e os vínculos decorrentes dos Acordos e Tratados Internacionais vigentes; e

O interesse de ambos os países de desenvolver projetos que conduzam a uma melhor integração nacional e internacional,

Acordam o seguinte:

Artigo I
FINALIDADE

O presente Acordo de Cooperação tem por finalidade o fortalecimento da capacidade das Partes no âmbito do desenvolvimento do transporte fluvial, por meio de intercâmbio de informações e experiências, e do desenvolvimento de atividades e projetos de cooperação recíproca.

Artigo II

META

O presente Acordo de Cooperação tem como meta o desenvolvimento da navegabilidade dos rios amazônicos.

Artigo III

ÂMBITO DA COOPERAÇÃO

1. Este Acordo de Cooperação envolverá a cooperação técnica e jurídica, o desenvolvimento de projetos e programas, a capacitação, estágios e outros aspectos considerados de interesse mútuo.

2. O âmbito da cooperação entre as Partes compreende as seguintes atividades:

- a) desenvolvimento de trabalhos de sinalização;
- b) instalação de estações hidrométricas;
- c) identificação dos obstáculos à navegação para a sua eliminação ou atenuação;
- d) desenvolvimento de trabalhos de manutenção (dragagem);
- e) monitoramento contínuo dos obstáculos;
- f) desenvolvimento do transporte hidroviário;
- g) desenvolvimento da infraestrutura portuária fluvial;
- h) desenvolvimento do transporte multimodal;
- i) treinamento e capacitação de pessoal;
- j) intercâmbio tecnológico;
- k) intercâmbio de experiências em parceria público-privada na execução de obras públicas, em matéria de transporte fluvial;
- l) aplicação de novas tecnologias, novos materiais e know how;
- m) projeto de políticas, legislações e regulamentos sobre transporte fluvial;
- n) planejamento, projeção, construção, modernização e administração de plataformas e técnicas logísticas;
- o) intercâmbio de expertos para práticas especializadas, cursos e desenvolvimento de atividades de pesquisa; e
- p) qualquer outra atividade que seja de interesse mútuo no marco do presente Acordo de Cooperação.

Artigo IV

FORMAS DE COOPERAÇÃO

As modalidades de cooperação entre as Partes poderão ser as seguintes:

- a) intercâmbio gratuito de informações concernentes a políticas, legislações e regulamentos;
- b) intercâmbio gratuito de informações científica e técnica;
- c) intercâmbio de pessoal administrativo, técnico e profissional para capacitação, assistência, estágios, missões de estudo e participação em atividades em áreas relevantes;
- d) facilitação na investigação por parte de instituições científicas e acadêmicas de ambos os países acerca de várias atividades de cooperação, inclusive pesquisas conjuntas;
- e) qualquer outra forma de cooperação de interesse recíproco no marco do presente Acordo de Cooperação.

Artigo V

CONSTRUÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO

1. Com a finalidade de promover e fortalecer a cooperação será instituído um Grupo de Trabalho bilateral. Cada uma das Partes designará seus representantes neste Grupo de trabalho em um prazo não superior a quinze dias logo após a assinatura do presente Acordo de Cooperação.
2. As tarefas deste Grupo de Trabalho serão as seguintes:
 - a) estabelecer uma base comum de trabalho e coordenar o desenvolvimento da cooperação no marco do presente Acordo de Cooperação;
 - b) verificar regularmente o avanço e os resultados da cooperação;
 - c) promover a participação de especialistas das entidades, organizações e empresas do setor que poderão ser convidados a participar dos encontros dos representantes das Partes.
3. Os representantes das Partes se reunirão alternadamente em ambos os Países, pelo menos uma vez por ano, para formular um plano estratégico de trabalho e verificar os avanços conforme previsto no presente Acordo de Cooperação.
4. Os gastos das missões estarão a cargo das respectivas Administrações e o custo dos estudos, projetos e atividades serão custeados conforme acordado entre as Partes, não eximindo a possibilidade de se buscar formas alternativas de financiamento através de suas Agências para a Cooperação internacional ou de organismos internacionais e multilaterais.

Artigo VI

DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Salvo acordo prévio, os direitos de propriedade intelectual obtidos conjuntamente ou utilizados no curso da execução do presente Acordo de Cooperação serão tutelados respeitando-se os acordos vigentes sobre a matéria, dos quais as Partes sejam signatárias.

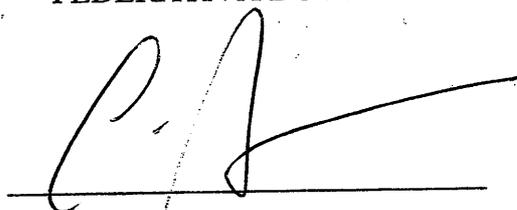
2. Sem o consentimento por escrito da outra Parte, uma Parte não poderá fazer referência ou remeter a terceiros informações confidenciais, documentos e dados entregues pela outra Parte no decorrer da execução do presente Acordo de Cooperação.

Artigo VII
ENTRADA EM VIGOR, VALIDADE, MODIFICAÇÃO, SOLUÇÃO
DE CONTROVÉRSIAS E ENCERRAMENTO

1. O presente Acordo de Cooperação entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.
2. Com o consentimento das Partes, o presente Acordo de Cooperação poderá ser modificado por escrito.
3. Uma Parte poderá notificar a outra Parte por escrito sua intenção de encerrar o presente Acordo de Cooperação, com uma antecedência de pelo menos seis meses.
4. Qualquer controvérsia ou discrepância que surgir na interpretação e execução do presente Acordo de Cooperação será solucionada diretamente pelas Partes, no marco dos princípios da boa fé e cooperação mútua.
5. Salvo acordado em contrário, o encerramento do presente Acordo de Cooperação não invalidará os projetos em curso realizados com base no mesmo.

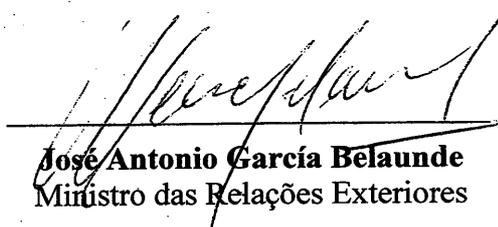
Firmado na cidade de Lima, em 11 de dezembro de 2009, em dois exemplares originais, em português e em castelhano, de igual teor e igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA DO PERU



José Antonio García Belaunde
Ministro das Relações Exteriores

ACUERDO DE COOPERACIÓN EN MATERIA DE DESARROLLO DEL TRANSPORTE FLUVIAL EN LOS RÍOS AMAZÓNICOS ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PERU Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL.

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Perú, de aquí en adelante denominados "las Partes", considerando:

- Los vínculos de gran amistad entre ambos países;
- La experiencia peruana y brasileña en el ámbito del transporte fluvial;
- La disposición de las Partes de compartir y transferir su experiencia y conocimientos;
- La intención de ambos países en desarrollar nuevas formas de cooperación internacional en el ámbito del transporte fluvial;
- Respetando los respectivos ordenamientos internos y los vínculos derivados de los Acuerdos y Tratados Internacionales vigentes, y
- El interés de ambos países en el desarrollo de proyectos que conlleven a una mejor integración nacional e internacional.

Acuerdan lo siguiente:

**Artículo I
FINALIDAD**

El presente Acuerdo de Cooperación tiene por finalidad el fortalecimiento de las capacidades de las Partes en el ámbito del desarrollo del transporte fluvial, a través del intercambio de información y experiencias, y del desarrollo de actividades y proyectos de cooperación recíproca.

**Artículo II
ALCANCE**

El presente Acuerdo de Cooperación tiene como alcance el desarrollo de la navegabilidad de los ríos amazónicos.

**Artículo III
ÁMBITO DE COOPERACIÓN**

Este Acuerdo de Cooperación involucrará la cooperación técnica y jurídica, el desarrollo de proyectos y programas, la capacitación, pasantías y otros aspectos que se consideren de interés mutuo.

El ámbito de la cooperación entre las Partes comprende las siguientes actividades:

- a) Desarrollo de trabajos de señalización;
- b) Instalación de estaciones hidrométricas;
- c) Determinación de los obstáculos a la navegación, para su eliminación o atenuación;
- d) Desarrollo de trabajos de mantenimiento (dragados);
- e) Monitoreo continuo de los obstáculos;
- f) Desarrollo del Transporte Hidroviario;



- g) Desarrollo de la Infraestructura Portuaria Fluvial;
- h) Desarrollo del Transporte Multimodal;
- i) Entrenamiento y capacitación de Personal;
- j) Intercambio tecnológico;
- k) Intercambio de experiencias de asociación público-privada en la ejecución de obras públicas en materia de transporte fluvial;
- l) Aplicación de nuevas tecnologías, nuevos materiales y know how;
- m) Diseño de políticas, legislación y reglamentos sobre transporte fluvial;
- n) Planificación, proyección, construcción, modernización y administración de plataformas y técnicas logísticas;
- o) Intercambio de especialistas para prácticas especializadas, cursos y desarrollo de actividades de investigación; y,
- p) Cualquier otra actividad que sea de mutuo interés en el marco del presente Acuerdo de Cooperación;

Artículo IV FORMAS DE COOPERACIÓN

Las modalidades de cooperación de las Partes podrán ser las siguientes:

- a) Intercambio gratuito de información concerniente a políticas, legislaciones y reglamentos;
- b) Intercambio gratuito de información científica y técnica;
- c) Intercambio de personal administrativo, técnico y profesional para capacitación, asistencia, pasantías, misiones de estudio y participación en actividades en áreas relevantes;
- d) Facilitación en la investigación por parte de instituciones científicas y académicas de ambos países acerca de varias actividades de cooperación, incluidas investigaciones conjuntas;
- e) Cualquier otra forma de cooperación de recíproco interés en el marco del presente Acuerdo de Cooperación.

Artículo V CONSTITUCIÓN DE UN GRUPO DE TRABAJO

Con la finalidad de promover y fortalecer la cooperación, será instituido un Grupo de Trabajo bilateral. Cada una de las Partes designará a sus representantes ante este Grupo de Trabajo en un plazo no mayor a los quince días luego de la firma del presente Acuerdo de Cooperación.

Las tareas de este Grupo de Trabajo serán las siguientes:

- a) Establecer una base común de trabajo y coordinar el desarrollo de la cooperación, en el marco del presente Acuerdo de Cooperación;
- b) Verificar regularmente el avance y los resultados de la cooperación;
- c) Promover la participación de expertos de entidades, organizaciones y empresas del sector, que podrán ser invitados a participar en los encuentros de representantes de las Partes.

Los representantes de las Partes se reunirán alternadamente en ambos países, al menos una vez al año para formular un plan estratégico de trabajo y verificar los avances según lo previsto en el presente Acuerdo de Cooperación.



Los gastos de las misiones estarán a cargo de las respectivas Administraciones y el costo de los estudios, proyectos y actividades serán costeados conforme lo acuerden las Partes, no eximiendo la posibilidad de procurar formas alternativas de financiamiento a través de sus Agencias para la Cooperación Internacional, o de organismos internacionales y multilaterales.

Artículo VI
DERECHOS DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL

Salvo acuerdo previo, los derechos de propiedad intelectual obtenidos conjuntamente o utilizados en el curso de la ejecución del presente Acuerdo de Cooperación serán tutelados respetando los acuerdos vigentes en la materia de los cuales ambas Partes sean contrayentes.

Sin el consentimiento por escrito de la otra Parte, una Parte no podrá referir o remitir a terceros información confidencial, documentos y datos entregados por la otra Parte en el curso de la ejecución del presente Acuerdo de Cooperación.

Artículo VII
**ENTRADA EN VIGOR, VALIDEZ, MODIFICACIONES,
SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS Y TÉRMINO**

El presente Acuerdo de Cooperación entrará en vigor a partir de la fecha de su firma.

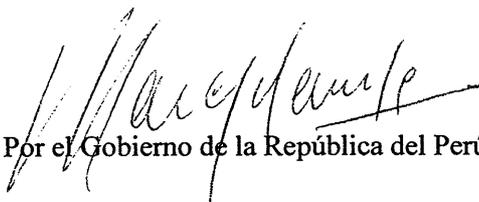
Con el consenso de las Partes, el presente Acuerdo de Cooperación podrá ser modificado por escrito.

Una Parte podrá notificar a la otra Parte por escrito su intención de poner fin al presente Acuerdo de Cooperación, con una antelación de por lo menos seis meses.

Cualquier controversia o discrepancia que surgiera en la interpretación y ejecución del presente Acuerdo de Cooperación, será solucionada directamente por las Partes, en el marco de los principios de buena fe y mutua cooperación.

Salvo acuerdo en contrario, el término del presente Acuerdo de Cooperación no invalidará los proyectos en curso realizados en base al mismo.

Firmado en la ciudad de Lima, el 11 de diciembre de 2009, en dos ejemplares originales, en castellano y en portugués, de igual tenor y dando igualmente fe.


Por el Gobierno de la República del Perú


Por el Gobierno de la República Federativa del
Brasil

